

Veja a nota da ABEPSS para alimentar os debates de 15 de maio!

Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial - a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009 –

Introdução

Estamos diante de mais um 15 de maio, mas este ano de 2009 está temperado por dois eventos de natureza diferente. O primeiro é que comemoramos a maturidade do que chamamos nos anos 90 de projeto ético-político profissional: os 30 anos da Virada, quando estabelecemos coletivamente novos compromissos na sociedade brasileira – com os interesses dos trabalhadores. Esses compromissos se desdobraram na luta pelos direitos, pelas políticas sociais para viabilizá-los – a exemplo da política de educação e da seguridade social - pela democratização radical da sociedade brasileira. Assim, essa categoria configurou um campo de alianças diferenciado e que nos manteve na contracorrente do neoliberalismo em todos os seus matizes. No caso da ABEPSS, essa virada se traduziu nos projetos de currículo de 1982 e depois nas Diretrizes Curriculares de 1996, no fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, na resistência às orientações do capital para a educação superior brasileira. A ABEPSS gostaria de saudar os profissionais, professores e estudantes de serviço social neste dia e neste ano especial.

O outro evento que marca esse período é a mais profunda crise do capitalismo desde sua entrada num longo ciclo de estagnação, representando mais desemprego, concentração de riqueza e barbarização da vida social. Nesse sentido, nos somamos à chamada do Conjunto CFESS/CRESS pela socialização da riqueza. A crise do capital expõe suas entranhas e o sentido das saídas desse processo está em disputa. As comemorações do dia primeiro de maio foram sintomáticas do ambiente geral, inclusive com manifestações políticas importantes no Brasil, apesar do boicote da mídia que se limitou a mostrar a festa adesista da Força Sindical e a estratégia descentralizada e despolitizada da CUT. Fora do Brasil, a França realizou a primeira manifestação unificada dos trabalhadores em anos, e houve enfrentamentos importantes na Alemanha e na Turquia, o que nos mostra a dimensão da crise e a importância dessa disputa.

Da parte da ABEPSS, nossa entidade científica e político-profissional, queremos fazer o melhor em nosso terreno de lutas: a formação profissional nos níveis de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, temos uma agenda de lutas e de trabalho que pode ser conhecida no recém lançado blog da ABEPSS, mas da qual queremos destacar algumas iniciativas já em curso. Estamos lançando neste 15 de maio o documento base que dará origem à Política Nacional de Estágio. O objetivo é discutir com as unidades de formação acadêmicas públicas e privadas os dilemas do estágio supervisionado no contexto das novas regulamentações do Congresso Nacional e do CFESS, constituindo mais uma orientação para barrar a expansão da desqualificação da formação, seja ela presencial, mas, sobretudo à distância.

A diretoria da ABEPSS está preparando também um documento para debate na pós-graduação, tendo em vista seu fortalecimento como entidade científica que articula e

estimula a pesquisa na área. Essa movimentação precisa ser intensificada, ademais, pelo quadro de questionamentos à área de Serviço Social, registrado por parte das agências de fomento à pesquisa (CAPES e CNPq). Dentro de critérios cada vez mais produtivistas e voltados às ciências naturais/exatas, desde a gestão passada da ABEPSS os nossos representantes de área nestes espaços vêm enfrentando questionamentos em torno de qual seria a natureza da produção do Serviço Social o que, em tempos de retrocessos “contra-reformistas”, deve nos deixar em alerta dado o reconhecimento, relativamente recente, do Serviço Social como área de conhecimento pelas agências de fomento à pesquisa. Nesse sentido, serão constituídos os GTs temáticos na ABEPSS, como acontece em algumas associações científicas, buscando dar visibilidade e unidade orgânica aos grupos e redes de pesquisa existentes na área de Serviço Social. Em breve esse documento virá a público. Outra política de fortalecimento da área é dinamizar, qualificar e indexar o seu conjunto de periódicos, o que implica um esforço da ABEPSS, já em andamento, em articulação com os representantes da área nas agências, e, principalmente, junto aos coordenadores de pós-graduação. Isso, obviamente, inclui a revista *Temporalis* como um meio nacional importante de debate e difusão da produção científica da área. Entendemos que a ABEPSS como entidade acadêmico-científica tem um papel importante nesse processo de construção de estratégias coletivas para lidar com esse quadro de desafios à pesquisa e pós-graduação.

Há, ainda, o Plano de Lutas contra a Precarização do Ensino Superior e em defesa da Qualidade do Trabalho e da Formação Profissionais, unificado com o CFESS, que pode ser conhecido no blog da ABEPSS ou na página do CFESS, onde estão previstas várias iniciativas políticas de resistência. Como a resistência é também internacional, estamos fortalecendo a ALAEITS e fazendo um chamado para a presença brasileira no Seminário Latino Americano de Trabalho Social, em Guayaquil, no início de outubro de 2009, além de uma política de relações internacionais visando estimular o intercâmbio e socializar informações.

Os Significados Estruturais da Contra-Reforma do Ensino Superior¹

A defesa da formação profissional, sem dúvida, é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado da expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente. Os dados são amplamente conhecidos por todas(os) nós, e estão publicados no último livro de Marilda Iamamoto (2007) e na tese de Larissa Dahmer (2007), bastando dizer que seis instituições de EAD (uma pública e cinco privadas) são responsáveis pela oferta de 27.156 vagas em 202 Instituições que implementam os cursos. Nesse ritmo de crescimento, o número de profissionais poderá dobrar em 10 anos, processo que deveremos acompanhar de perto, já que o ritmo da produção de graduandos não implica necessariamente em entrada no mercado de trabalho e inscrição no CRESS.

¹ Incorporamos aqui parte da conferência realizada por Elaine Rossetti Behring, em Brasília, a convite do CFESS, no âmbito do Seminário Nacional Implicações da Contra-Reforma do Ensino Superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em Questão, em 13 de junho de 2008.

Mas o que deve nos chamar atenção aqui não são apenas os números. A primeira campanha que dá origem à política de comunicação do Conjunto CFESS/CRESS tinha o mote: “O Brasil Precisa de Serviço Social”. Um país com a magnitude da desigualdade, da exploração, da discriminação que temos precisa de muitos assistentes sociais: 83 mil são insuficientes. Nós queremos mais direitos, mais serviços para assegurá-los, mais concursos públicos. A França mobiliza cerca de 600 mil trabalhadores sociais, dentre os quais os assistentes sociais. A nossa questão é a produção massificada e com conteúdos banalizados, é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das diretrizes curriculares, não garante o serviço social que o Brasil precisa.

Ao lado do EAD, crescem os cursos privados, que muitas vezes são de baixa qualidade, em que pese os esforços de jovens e comprometidos docentes, em função das condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisão acadêmica e de campo articuladas. Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo adestramento, mas jamais formação profissional digna deste nome, como tem denunciado a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO em suas notas públicas. Vale lembrar ainda que as medidas desencadeadas pela aprovação da LDB - exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino à distância em todos os níveis - seguem orientações dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino, e de reconfiguração das profissões, como vem chamando atenção Roberto Leher e vários textos do ANDES-SN. Assim, o significado estrutural da contra-reforma do ensino superior pode ser sintetizado por meio de alguns eixos:

- A expansão do ensino superior privado ligeiro presencial ou à distância, com o suporte na LDB e forte apoio institucional do Ministério da Educação, de FHC a Lula, ocorre para configurar nichos de valorização do capital médio, num período em que o capitalismo promove uma intensa oligopolização do capital, com tendências de concentração e fusão de capitais, e dificuldades de investimento produtivo e de valorização. Constitui ainda uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo da recente discussão acerca do apoio do BNDES a essas instituições, na perspectiva da valorização e do suporte ao lucro privado fácil e rápido, tendência esta que vem crescendo no contexto da crise. Vale nesse momento lembrar Marx em duas passagens de O Capital. Quando nos dirigimos ao Ministério da Educação para cobrar fiscalização e ensino de qualidade a resposta carregada de ironia foi a de que representamos as forças do atraso, quase ludistas que querem quebrar as máquinas, como nos séculos XVIII e XIX. Como os burgueses do século XIX se dirigiam aos trabalhadores quando denunciavam a maquinaria como instrumento de subsunção e exploração do trabalho pelo capital tendo em vista a valorização. Diz Marx: “Quem, portanto, revela o que realmente ocorre com a utilização capitalista da maquinaria simplesmente não quer sua utilização, é um adversário do progresso social!” (Marx, 1984: 57). Na verdade estamos denunciando o uso da tecnologia para a padronização, empobrecimento e banalização da formação, além de meio de valorização do capital transformando a educação em mercadoria. E sobre a educação, continua nosso clássico: “(...) um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele apenas não trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu

capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação” (Marx, 1984: 106). Nada mais atual: a introdução de tecnologia capital intensiva para o adestramento em grande escala e baixo custo – nesse caso os tutores e congêneres são super- explorados -, em curto espaço de tempo, produzindo valor. O conceito de supercapitalização em Mandel, que significa espriar relações capitalistas de produção em esferas a rigor não mercantis, complementa esse raciocínio (que ademais vale para a previdência, a saúde, etc). O ímpeto do capital é valorizar-se sempre e a qualquer custo: do desperdício, da destruição do meio ambiente e no caso da contra-reforma do ensino superior, da qualidade discutível e o aligeiramento. E nesse período de intenso metabolismo destrutivo – no qual se esgota qualquer papel civilizatório do capitalismo, a supercapitalização, como mercantilização universal é uma tendência avassaladora. A reação burguesa à crise do capital dos anos 70 se funda na supercapitalização, sendo uma de suas dimensões a contra-reforma do Estado, na forma das privatizações. Esse é o significado mais profundo da EAD e da contra-reforma do ensino superior. Mas há mais elementos.

- A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir um adestramento para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres, num contexto já antecipado por Ana Elisabete Mota, Carmelita Yasbek em textos dos anos 90 e mais recentemente por José Paulo Netto e Mavi Rodrigues, a exemplo do último CBAS, de assistencialização da política social brasileira, de acordo com uma concepção de assistência que não é a nossa. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma do adestramento em torno de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas! Nada da discussão e riqueza da sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor distante e que orienta muitos alunos, ou seja, é super explorado. Empobrecimento e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que está se promovendo o acesso ao ensino superior. Isso nos leva ao próximo eixo.

-A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos, historicamente. A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto de sereia do acesso, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político;

- Essa expansão tem conexão com as linhas mestras do projeto de “crescimento

econômico” brasileiro, conforme as escolhas que tem sido feitas a partir da implementação do projeto neoliberal no Brasil, que traz em si o retorno às “vocações naturais”, numa reprimarização da economia brasileira, a exemplo do agronegócio, especialmente biocombustíveis e etanol. Essa hipótese, levantada por Marilda Iamamoto em alguns debates, merece ser mais explorada, mas parece claro que o ensino à distância tem ganhado mais corpo no interior e em fronteiras de expansão dessa política. Nesse sentido, acirram-se as expressões da questão social e aumenta a demanda por assistentes sociais, mas com o perfil rebaixado e acrítico. A conexão também se faz com a contra-reforma do Estado e o redimensionamento das políticas sociais, como sinalizamos acima, na perspectiva do Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para dar suporte a essas tendências de inserção e adaptação ao mercado mundial.

Aí estão os vetores estruturais e políticos que pressionam pela expansão do ensino superior privado ligeiro – e pelas investidas também junto ao setor público como o REUNI. Não é a primeira vez que acontecem mudanças estruturais no Brasil e que requisitam um novo perfil do ensino superior. A ditadura, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do milagre brasileiro, de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar as camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior. Esse processo prenhe de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil – ou seja, a saída naquele momento também foi a privatização. Mas a universidade tecnocrática pública, ainda que tenha sido fragmentada, comportou o crescimento da pesquisa, e no processo de redemocratização e ascensão dos movimentos sociais foi possível democratizá-la e constituir espaços de resistência à “idiotia dos peritos”, tão denunciada pelos estudantes franceses em 68 que reivindicavam a totalidade e a criatividade. O serviço social se inseriu e se construiu na universidade brasileira como um desses espaços de resistência ao longo dos anos 70, apesar do ambiente hostil da ditadura, e sobretudo, a partir de 1979, ano da virada.

Isso mostra que o processo social sempre tem contradições – e o nosso grande desafio naquele momento difícil e nesse momento também difícil como organização política é encontrá-las e acirrá-las ao máximo, buscando alianças na sociedade brasileira para a resistência a esses processos. É verdade que as características do processo atual são nitidamente mais destrutivas e ameaçadoras para os que vêem a educação como direito e não como mercadoria e a querem pública, gratuita e de qualidade, quando quebra-se a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive no setor público. É a requisição estrutural de uma tecnocracia limitada ao preenchimento de cadastros e a realização de metas quantitativas em detrimento da qualidade do atendimento aos usuários. Tal requisição é elevada à enésima potência e respondida por uma universidade operacional, como diz Marilena Chauí, sem qualquer autonomia relativa em relação à dinâmica do mercado.

Frente a este quadro, que envolve forças sociais extremamente destrutivas, a ABEPSS faz um chamado à participação nas ações que estamos desencadeando, todas elas no campo da resistência. Dentro disso, é fundamental estruturar essa entidade, aderindo à campanha de filiação da ABEPSS, meio pelo qual teremos condições de dar suporte à agenda tão difícil quanto instigante que temos pela frente.

Diretoria Nacional da ABEPSS